

**Microcrédito** Em quatro anos, instituição de Santo André concedeu R\$ 5 milhões em financiamentos

# ABC dá prioridade a comércio e serviços

**Gustavo Faleiros**  
De Santo André

O Banco do Povo de Santo André, em seus quatro anos de existência, emprestou através de suas linhas de microcrédito R\$ 5 milhões. Assim como ocorre em outros bancos de microcrédito no país, os recursos liberados, na maior parte dos casos, destinam-se a financiar atividades de comércio e serviço. Apenas uma pequena parcela acaba sendo usada para investimentos na produção. Isso revela, segundo economistas ouvidos pelo **Valor**, uma situação macroeconômica adversa, que dificulta empréstimos de longo prazo, e por consequência o próprio crescimento econômico.

No Banco do Povo de Santo André, 63% dos R\$ 5 milhões liberados destinaram-se ao comércio, 31% foram para o setor de serviços e apenas 4% para a produção; os restantes 2% foram utilizados em atividades mistas. Na linha de microcrédito do Banco do Nordeste, a Crediamigo, que é a maior do país com recursos da ordem de R\$ 540 milhões, 84% do que é desembolsado vão para o comércio.

O professor e pesquisador da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Marcelo Neri explica que uma maior concentração do microcrédito nos setores de comércio e serviços é comum pois muitos dos microempresários que atuam nessas áreas não têm acesso ao crédito bancário formal e

necessitam de capital de giro para sobreviver.

Ele vê, porém, uma "anomalia" na elevada defasagem entre os recursos que se destinam ao comércio e os que são usados como investimentos na pequena produção. "Há uma 'síndrome' no Brasil de dar mais importância ao consumidor do que ao produtor, ao crédito de curto prazo do que ao crédito de longo prazo", diz.

Para ele, uma das formas de ampliar o crédito ao produtor seria melhorar os canais de negociação entre os bancos privados e microempresários. Como muitos destes empreendedores estão nas classes de baixa renda não há, de acordo com a legislação brasileira, como obter garantias por alienação de bens. Seria necessário, portanto, instituir novas regras de empréstimos que estabeleçam as garantias entre bancos e empreendedores de baixa renda, diz Neri.

Um estudo da FGV é revelador neste sentido: apenas 1,45% das microempresas foram abertas com crédito bancário formal. Por outro lado, 10% foram criadas com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e muitas de demissão. Quer dizer, o pequeno negócio é muitas vezes uma saída ao desemprego e não um novo empreendimento produtor.

Esta característica é notável em Santo André, onde o varejo e o setor de serviços foram formados em grande medida pelos desempregados da indústria auto-

peças e automóveis da região do ABC paulista. Para o gerente administrativo do Banco do Povo da cidade, Fernando Amorim, este perfil da atividade econômica explica a concentração do microcrédito nas atividades do comércio. "Queremos ampliar a participação da produção em nossos empréstimos", afirma Amorim.

Já o membro do conselho do Banco do Povo de Santo André, Jesus Carlos Delgado, afirma que um maior investimento em capital fixo, como compra de maquinário ou ampliação e construção de uma pequena fábrica, ocorreria com condições macroeconômicas melhores, como juros menores, e crescimento da renda e do emprego.

Dentre o dinheiro desembolsado pelo Banco do Povo, 80% são utilizados como capital de giro e 14% como capital fixo; 6% entram como modalidade mista. Delgado atenta que o crédito de capital de giro ao pequeno empresário permite que ele obtenha vantagens na negociação com fornecedores e seja possível manter a empresa funcionando.

Ainda não possível afirmar que as atividades do banco em Santo André estejam surtindo efeito direto sobre o desemprego. Porém, há estimativas de que em Santo André a cada crédito concedido três trabalhadores são mantidos no mercado do trabalho. "Se não está gerando muitos postos, pelo menos ajuda a diminuir a fila do desemprego", avalia Delgado.